

Crentes e conversos: a República na província

(Outubro de 1910-Maio de 1911)

Os republicanos tinham ganho. Mas agora, depois dos discursos, dos vivas e dos foguetes, estavam perante a pouco invejável tarefa de consolidar e alargar o seu precário poder. O Partido Republicano Português (P. R. P.) fora um movimento pequeno-burguês das duas maiores cidades do País. Porém, como se diria vezes sem conta nos anos seguintes, nem Lisboa, nem o Porto, nem os dois juntos, eram Portugal. A República não seria viável se não encontrasse ou não construísse uma base de sustentação mais larga. As províncias eram território inimigo e tinham de ser conquistadas. Os trabalhadores começavam a sentir o desconforto da aliança republicana e tinham de ser tranquilizados.

No entanto, o Governo Provisório (G. P.), de que tudo dependia, não conseguiu fazer novos aliados e afastou muitos velhos amigos. Quando saiu do Terreiro do Paço, em Setembro de 1911, com compreensível alívio e as ilusões perdidas, deixou a Nação em guerra aberta com o regime. As províncias haviam sido irremediavelmente hostilizadas; a maioria dos trabalhadores, alienada para sempre. Até a classe média urbana fora empurrada de uma neutralidade benevolente para uma oposição activa.

Para sobreviver no meio dos adversários e dos indiferentes, a República tornou-se cada vez mais autoritária e violenta. As formas e instituições através das quais manteve o País em respeito e facilmente suprimiu as poucas tentativas de rebelião monárquicas ou conservadoras, também se criaram nesses primeiros meses caóticos de 1910 e 1911.

Parece, por isso, indicado que a história do período comece por avaliar a situação política nas províncias, se ocupe a seguir do movimento dos trabalhadores e acabe com o exame do triunfo do terrorismo jacobino.

Neste artigo, porém, ocupar-nos-emos apenas do primeiro destes três pontos¹.

A partir da terceira semana de Outubro, a imprensa de Lisboa começou a publicar queixas sobre queixas de republicanos de cidades, vilas e aldeias da província. «A República», todos protestavam com indignação, «ainda não chegou» ao Cartaxo, a Condeixa, a Trancoso ou a qualquer outro remoto canto do país rural. Estes lamentos eram, em regra, justos. Em 5 de Outubro, o P. R. P. não tinha organização na maioria dos 262

¹ Estudámos o segundo ponto no artigo «A República e as classes trabalhadoras (Outubro de 1910-Agosto de 1911)», in *Análise Social*, IX (34), 1972, pp. 239-316.

concelhos existentes e, onde a tinha, era tão fraca que a transferência de poder fora meramente simbólica. Na completa confusão que se seguiu ao 5 de Outubro, as autoridades locais haviam mudado por quase todo o país. No entanto, depressa se percebeu que isso não queria dizer que tivessem mudado para as mãos de republicanos. Na maior parte dos casos, os novos funcionários eram políticos monárquicos com vagas pretensões a «liberais», ou simplesmente, como se dizia, «gente honrada». Nalguns sítios apareceram mesmo franquistas e ultramonárquicos à frente dos municípios e freguesias pela duvidosa razão de também eles serem inimigos do Governo Teixeira de Sousa². De maneira geral, o advento da República «não significaria mais do que a queda de mais um gabinete monárquico».

Não surpreende que isto sucedesse nas áreas onde o P. R. P. contava apenas com alguns simpatizantes isolados, isto é, excepto em alguns concelhos à roda do Porto e de Coimbra, praticamente em toda a parte a norte do Mondego. Porém, aconteceu a mesma coisa no Sul, embora o P. R. P. estivesse solidamente instalado na maioria das capitais de distrito e mesmo num considerável número de sedes de concelho. As razões desta uniformidade têm de ser explicadas. Os republicanos da província viviam principalmente nas cidades e em algumas vilas mais importantes. Eram lojistas, donos de oficinas, empregados de escritório, pequenos funcionários e simples trabalhadores. Havia também, aqui e ali, meia dúzia de filiados com profissões liberais e até uns tantos — não muitos — proprietários rurais. Em conjunto, não passavam de uma pequena minoria sem poder económico nem influência política. Mas, porque eram alfabetos, militantes e estavam concentrados nos centros «urbanos», desde 1905 que se tinham vindo a tornar uma força eleitoral, apesar da resistência desesperada dos donos da terra e dos seus aliados da classe média. Quando a revolução triunfou em Lisboa, os republicanos da província esperaram naturalmente que o poder local lhes caísse do céu, isto é, de Lisboa. Queriam autoridade, prestígio, privilégios e, acima de tudo, empregos. Tudo isso lhes foi negado.

Sem dúvida que os mais «respeitáveis» foram, quase sem excepção, nomeados para conselhos municipais, juntas de freguesia e outros postos de responsabilidade da administração provincial. Mas os militantes de base receberam magra recompensa pelos seus «serviços» e «sacrifícios». Não que não tivessem lutado pelo que queriam. Pediram empregos com incansável persistência; acusaram os funcionários em exercício de todos os crimes imagináveis, de corrupção e nepotismo a desfalque e a fraude; exigiram que se fizessem inquéritos às actividades presumivelmente criminosas de quase toda a gente; desenterraram velhos escândalos com a azeda e teimosa memória da província; e tentaram convencer o Governo Provisório da urgente necessidade de pôr todos os lugares do Estado, de almoxarife da Tapada de Mafra a cabo-de-mar das praias de Aveiro, «em mãos seguras». Porém, poucos cargos oficiais eram de pura nomeação política. De modo geral, os funcionários locais pertenciam aos sistemas judicial, educacional ou financeiro ou trabalhavam nas misericórdias. Como funcionários de carreira, podiam ser transferidos (e muitos realmente o foram), mas mais dificilmente despedidos. Ficava assim, em cada concelho, apenas uma mão-cheia de lugares disponíveis com que os governos

costumavam presentear os seus fiéis. Os militantes do P. R. P. contavam que o Governo Provisório seguisse a tradição e, além disso, procedesse à tantas vezes prometida «limpeza» do «corrupto» funcionalismo de carreira. No entanto, por um lado, as centenas de «sindicâncias» feitas à administração do antigo regime, das quais se esperavam aterradoras revelações, só serviram para mostrar que, à face da lei, aquela era pouco menos que impecável; por outro lado, os militantes do P. R. P. não tinham nem as qualificações nem a experiência necessárias para substituir o pessoal nomeado pela Monarquia. Este foi, portanto, conservado em quase todo o país, para grande fúria da base republicana. Mais grave ainda: mesmo quando foi forçado a preencher vagas, António José de Almeida (como, aliás, Relvas e Camacho) preferiu constantemente monárquicos competentes a incompetentes republicanos, uma política que de novo suscitou protestos apaixonados e provocou a demissão colectiva de muita comissão parquial do P. R. P.

Porém, embora, para A. J. de Almeida, a capacidade profissional fosse uma consideração de peso, esteve longe de ser a consideração dominante. Na grande maioria dos casos poderia tê-la posto de parte, com o aplauso do Partido e de, pelo menos, uma parte do Governo. Em última análise, o problema era outro. Mudar as coisas «radicalmente», como os militantes queriam, isto é, destruir a estrutura política existente sem tocar na sua base económica (a propriedade da terra), não passava de uma ilusão perigosa, talvez mesmo de uma provocação à guerra civil. Para começar, o P. R. P. não dispunha de meios, nem de gente segura para tomar o poder sozinho no país inteiro. Na melhor das hipóteses conseguiria dominar meia dúzia de ilhas num mar monárquico. Em segundo lugar, varrer o sistema de governo tradicional — mesmo supondo que era possível — só conseguiria empurrar os já numerosos inimigos da República para a rebelião armada. Nestas condições, a solução lógica consistia em sacrificar os militantes às necessidades estratégicas de momento, tarefa de que ironicamente se encarregou o homem que, na sua antiga capacidade de «demagogo» e «rebelde», fora, como se dizia, «o ídolo querido» das massas.

Para os velhos militantes, a República nunca verdadeiramente chegou à província. «Isto ainda é deles», gritavam por toda a parte, numa raiva impotente. E continuavam a «queixar-se de serem enganados», «humilhados», «espezinhados» e «espancados» pelos «criados do cacique» ou por «caceiteiros a soldo do padre». Como sempre, sentiam-se uma «minoría», «isolada, troçada e perseguida», vítima favorita dos «influentes», que persistiam em dar ordens às autoridades (agora supostamente republicanas), «faziam o que queriam» e, para «atiçar os ódios», se «pavoneavam» nas ruas. (Alguns levavam mesmo a audácia e a provocação a exhibir-se em carros e carruagens, como o filho do «potentado» de Castelo Branco Tavares de Proença, cujo automóvel, aparentemente, ameaçava a vida de «bons republicanos».)

Também eram frequentes os protestos contra padres que «não desistiam de se meter na política». Segundo a maioria dos informadores, os padres não só faziam chantagem com os representantes do regime, mas «insultavam» e «caluniavam» a República, quando não se ocupavam nas actividades, por assim dizer, mais normais do roubo, do adultério e da sodomia. Mesmo se há aqui, como parece, um certo exagero, não restam dúvidas que o clero da província não tardou a recuperar do grande

susto que apanhara em Outubro e que, em meados de Novembro, sentia já suficientemente seguro para renovar os habituais ataques aos «maçons e bandidos» republicanos e mostrar das maneiras mais ostensivas a sua oposição ao regime. O pároco de Oura, por exemplo, um homem com imaginação, atou a bandeira encarnada e verde da República à cauda do cavalo e passeou-a por toda a vila aos vivos à Monarquia.

Os militantes não percebiam como ainda se permitiam estas coisas e relatavam-nas na imprensa radical de Lisboa com sincero espanto, em notícias invariavelmente intituladas: «Inacreditável», «Extraordinário», «Pasma-se». Apesar de toda a evidência em contrário, recusavam-se a acreditar que a República se preparasse para deixar na mesma o seu triste e opressivo canto do mundo. Mas, se se lamentavam, o Directório incitava-os a suportar a situação com paciência. A libertação do «povo» dos padres e dos caciques dependia da sua conversão ao republicanismo, que, evidentemente, não poderia tardar. Os padecimentos por que agora passavam — garantiam-lhes com amabilidade — seriam temporários.

Não há razão para suspeitar que, durante os primeiros meses da República, tanto o Governo como o Directório não acreditaram honestamente que um tal milagre fosse possível. Como todo o Partido, também eles não punham limites às suas esperanças e às suas ilusões e ardiam na mesma febre prosélita que atacara os melhores homens do regime. Logo em 13 de Outubro de 1910, o Directório anunciou que o P. R. P. não só manteria o seu aparelho político, mas esforçar-se-ia por «promover a organização de (novas) comissões municipais e paroquiais, onde estas não existissem». Em Novembro, uma praga de activistas, sargentos e oficiais do Exército, estudantes e intelectuais invadiu a província e discursou impiedosamente às massas «ignorantes» e «boçais». Os clubes de Lisboa e do Porto enviaram missões ao campo pregar aos infieis e distribuir panfletos que explicavam as virtudes do regime e os malefícios da Monarquia e da Igreja. Outras sociedades, como a Pró-Pátria e a Associação do Livre Pensamento, organizaram *tournées* de propaganda dos seus melhores oradores. Além disso, como se o ar de Lisboa possuísse inefáveis propriedades, muitas autoridades ou simples indivíduos organizaram «excursões populares» à capital, destinadas a cumprimentar o Governo Provisório e a garantir o apoio da província ao regime, o qual, como os visitantes geralmente sublinhavam, «no fundo» sempre «havam desejado». Por último, os governadores civis, os presidentes das câmaras e os das juntas de freguesia esforçaram-se por visitar todas as cidades, vilas e aldeias sob a sua jurisdição e até vários membros do Governo Provisório fizeram longas viagens pela província para darem ao País uma profecia em primeira mão da felicidade que o esperava.

Atrás dos propagandistas, das autoridades e dos ministros chegavam os funcionários do Partido. Mas, mais frequentemente, propagandistas e funcionários apareciam juntos na feliz cidade ou aldeia que tencionavam «republicanizar». Assim, primeiro convertiam e depois inscreviam os nativos nos cadernos do P. R. P. Os métodos que usavam não se distinguiam nem pela subtilidade, nem pela segurança. Um exemplo típico de «republicanização» pode ser encontrado na entusiástica descrição que *O Mundo* fez da chegada da República ao Carregal do Sal. Num domingo qualquer, uma missão do Partido desembarcou no Carregal, juntou o povo na praça e começou a explicar-lhe porque é que a Monarquia merecera ser derrubada. O povo ouviu atentamente e, à medida que se fazia luz no seu «simples,

mas honesto», espírito, principiaram a ouvir-se vozes que especulavam com espanto: «Como nós fomos enganados, ah, como nós fomos enganados!» Quando os oradores passaram ao tema mais aliciante dos numerosos méritos da República, também não tiveram dificuldades em provocar os aplausos da audiência. «Homens do povo», compreendendo instantaneamente a política do Governo Provisório e os sublimes princípios que a inspiravam, comentavam entre si com sorrisos de alegria: «Assim é que as coisas devem ser.» Nessa altura, muito a propósito, os cadernos de P. R. P. foram produzidos e os assistentes solicitados a inscrever-se: convite que, sem surpresa, não hesitaram em aceitar. Para acabar a sessão numa nota patriótica, cantou-se *A Portuguesa* (que muitos dos recém-convertidos deviam ouvir pela primeira vez) e os missionários seguiram para território herético, deixando atrás de si, como *O Mundo* notava com orgulho, «milhares de novos republicanos» onde antes apenas existiam «beatos».

Estes prodígios de auto-ilusão eram aclamados pela imprensa de Lisboa como se fossem grandes vitórias. Porém, o facto — a outros títulos lamentável — de os responsáveis republicanos acreditarem na sua própria propaganda só se tornou perigoso porque abriu a porta a um esforço colectivo dos monárquicos da província para tomarem conta do P. R. P., manobra com que esperavam assegurar e legitimar as posições que já detinham na administração local. A partir dos últimos dias de Outubro, antigos militantes, políticos, caciques e influentes monárquicos correram a inscrever-se e a inscrever as suas disciplinadas tropas nos Registos do Partido. Nalguns concelhos, como, por exemplo, em Águeda, a máquina inteira de um dos dois partidos do constitucionalismo marchou em boa ordem para a delegação local do P. R. P. e solenemente se declarou republicana. Noutros sítios abriram-se livros de registo em mercearias e tabernas e os caciques deram instruções aos seus clientes (quase todos analfabetos) para lá deporem a sua assinatura. Casos houve até em que conseguiram impedir a inscrição de verdadeiros republicanos ou se arranjaram para transviar os cadernos por eles organizados. De uma maneira geral, as coisas passaram-se sem o conhecimento ou a bênção dos dirigentes do P. R. P., mas também aconteceu estes dispensarem o ritual da conversão e que se entenderam directamente com os influentes e os caciques. Os «mandões» locais (que, por uma questão de decência, se tentavam escolher entre as funções monárquicas «liberais») comprometiam-se a constituir comissões republicanas com a sua gente e em troca permitia-se-lhes que conservassem uma parte da sua antiga influência. Assim, por exemplo, a máquina do P. R. P. no distrito de Vila Real foi posta de pé pelos caciques de Teixeira de Sousa; e no distrito de Évora fizeram-se «centenas de republicanos» a «carneiro com batatas», um método de provada eficácia.

Nos sítios onde o P. R. P. não existia antes de 5 de Outubro, os monárquicos dominaram imediatamente as novas organizações (que mais tarde o Directório, quase sem excepção, reconheceu). Mas nos sítios onde já existiam comissões, ou onde os próprios monárquicos não conseguiram fazer frente comum, criaram-se centros, clubes e até comissões rivais. Em 1911 não era raro encontrar grupos inimigos de progressistas, regeneradores ou franquistas que, sob os nomes inesperados de Centro Republicano Democrático ou Centro Radical Republicano, continuavam imperturbavelmente entregues às suas velhas querelas.

Também a imprensa monárquica da província se não sumiu pura e simplesmente depois de Outubro, como sucedera à de Lisboa. Muitos jornais

declararam-se republicanos no dia seguinte à revolução, sem excessivos escrúpulos e, muitas vezes, sem sequer uma explicação. Um exemplo típico é o do jornal do Alandroal, *Pero Rodrigues*. Em 29 de Setembro de 1910 apresentava-se como «Semanário Regenerador»; a 18 de Outubro já mudara para a qualidade mais oportuna de «Semanário Republicano». Porém, mesmo quando não apoiaram abertamente a nova ordem, os jornais de província não se suicidaram, porque, ao contrário dos de Lisboa, nada ou quase nada tinham a temer da «canalha». Em geral, contentaram-se em anunciar que já não se consideravam órgãos do Partido Regenerador ou do Partido Progressista (quanto mais não fosse, porque estes já não existiam) e que passavam à ambígua categoria de «independentes». Em raros casos, mas sobretudo se haviam apoiado João Franco³ e (ou) o Bloco⁴ com demasiado fervor, alguns jornais não se publicaram durante uns dias ou umas semanas. No entanto, a maioria depressa reapareceu com um nome diferente, uma redacção diferente e até, às vezes, um proprietário diferente.

Em meados de Novembro, animados pela facilidade com que tinham sobrevivido ao primeiro choque da revolução, os monárquicos da província e os recentes conversos ao republicanismo começaram a alimentar mais altas ambições. Os exemplos da França de 1848 e de 1871 e da Espanha de 1873 provavam-lhes que ainda não estavam perdidos e que era possível vencer, se não a República, pelo menos o radicalismo urbano. Segundo supunham, tratava-se apenas de usar com inteligência o peso dos números e a irresistível inércia do mundo rural. A estratégia adoptada foi de uma evidente simplicidade. Por um lado, protestaram contra «a ditadura» do Governo Provisório e exigiram a imediata realização de eleições gerais. Por outro, pediram «paz», isto é, a supressão da violência revolucionária e um rápido regresso à «legalidade», ou seja, as mesmas oportunidades legais para combater o regime que o P. R. P. gozara durante a Monarquia.

A polémica à volta da bandeira nacional, que apaixonou o País nas últimas semanas de 1910, anunciou a resistência conservadora a Portugal inteiro. Os monárquicos e os conversos defendiam a velha bandeira azul e branca do Constitucionalismo (sem a coroa), não só para afirmar o seu direito à vida política, mas também para evitar a identificação simbólica entre a República e o P. R. P., cujas cores (o encarnado e verde) os radicais queriam impor a toda a nação. A campanha a favor da bandeira monárquica foi um triunfo estrondoso. Muitas autoridades usaram-na em cerimónias públicas; a imprensa lembrou, em artigos comovidos, as suas glórias passadas; em alguns sítios organizaram-se referendos que produziram esmagadoras maiorias contra as cores do P. R. P. E até alguns moderados do regime, encabeçados por Guerra Junqueiro, apoiaram a conservação da antiga bandeira. Em fins de Dezembro já se sugeria com toda a seriedade que o hino da República fosse a *Maria da Fonte* em vez da *Portuguesa*.

Em breve a maré alta conservadora ameaçou tornar-se imparável. No princípio de Janeiro, os monárquicos-republicanos pareciam estar a um

³ João Franco governou constitucionalmente entre 19 de Maio de 1906 e 10 de Maio de 1907. A partir dessa data passou a governar em ditadura, com o apoio do rei D. Carlos, cujo assassinato, em 1 de Fevereiro de 1908, provocou o definitivo afastamento de João Franco da cena política.

⁴ Bloco de Defesa Monárquica, coligação eleitoral da extrema direita formada para combater o Partido Regenerador de Teixeira de Sousa, nas eleições de Agosto de 1910.

passo de governar Portugal com uma nova versão da «Chambre Introuvable». Contudo, precisamente nessa altura, começaram a manifestar-se as forças que os haviam de deter. Por outro lado, os monárquicos intransigentes, com medo de que o êxito da manobra pudesse impedir a futura restauração de D. Manuel, esforçaram-se por apresentar os conversos como oportunistas de pequena estatura e a respectiva estratégia como uma demonstração de ingenuidade política. Por outro, os militantes «históricos» do P. R. P. perceberam o que se estava a tramar e resistiram desesperadamente às ambições da velha «quadrilha».

Antes de mais, tentaram impedir que os influentes, os caciques e a sua gente entrassem para o Partido com o mesmo estatuto que os antigos membros. Na verdade, só isso poderia evitar que «os hipócritas» e «os impostores» tomassem conta da máquina do P. R. P., em vez de se entregarem às severas «penitências» que mereciam ou de serem higienicamente postos de «quarentena». Tornou-se, assim, uma questão de vida ou de morte distinguir os republicanos de antes e os de depois de Outubro. A partir de Janeiro de 1911, o substantivo *republicano* raras vezes se escreveu sem qualificação adicional. Deixou de haver republicanos *tout court* e apareceram, em compensação, republicanos de sempre, «históricos», da velha guarda, sinceros, honestos e leais. Aos conversos passou a chamar-se «adesivos», para sugerir que a sua «adesão» ao regime era, como a do objecto, provisória e precária, unicamente destinada «a conservar o que possuíam e a conseguir o que cobiçavam».

O clamor da base contra os «adesivos» foi universal, embora, naturalmente, mais intenso nas áreas onde, antes da revolução, o P. R. P. tivera, pelo menos, um arremedo de organização e não mais que fortuito naquelas em que os monárquicos sempre haviam estado sozinhos em campo. Mas, em geral, a indignação, as queixas e os protestos de pouco serviram, e só muito raramente os militantes «históricos» conseguiram excluir os «adesivos» das reuniões do Partido ou, pelo menos, privá-los de direito de voto.

No entanto, por uma vez, Lisboa não se desinteressou do conflito. Desde fins de Novembro que o G. P. e o Directório viam com crescente ansiedade os rápidos progressos do conservadorismo provinciano. Também eles sabiam história e se lembravam do que sucedera em 1848, 1871 e 1873. Assim, recusaram-se terminantemente a autorizar eleições «à pressa», para que a República não fosse «estrangulada» à nascença pelos seus «inimigos ocultos». Mais do que isso: começaram a dar um ouvido acolhedor aos lamentos da base e fizeram duas ou três tentativas para evitar que os «adesivos» se instalassem no comando do P. R. P. Falharam porque, como nos anos seguintes vez após vez se demonstraria, os seus objectivos eram, em última análise, contraditórios.

Por um lado, os dirigentes moderados de Lisboa queriam continuar a servir-se do Partido como instrumento de pressão contra os conservadores da província. Por outro, não queriam (ou sequer podiam) excluí-los das alavancas do poder local. A solução que usaram para sair de dificuldades consistiu em distinguir entre conversos «honestos» e «sinceros» e conversos de má-fé. Segundo a doutrina oficial, os primeiros nunca tinham pertencido a um partido monárquico ou, se tinham, haviam feito parte do vasto número dos «iludidos», e não da pequena minoria dos que iludiam. Tendo, finalmente, percebido que só a República era capaz de «salvar» Portugal, esses homens podiam agora plausivelmente cair nos braços do regime, levados por um profundo amor patriótico e um indomável desejo

de servir o País. Os outros, os «hipócritas», pretendiam apenas conservar os empregos (que, evidentemente, não mereciam) e, se os deixassem, continuar as suas «tropelias» em paz e liberdade. Esta especiosa distinção serviu a princípio para afastar os políticos e caciques monárquicos mais notórios do campo republicano. Mas, fora isso, era inaplicável. Em última análise, significava apenas que o Partido se reservava o direito de admitir, ou não admitir, quem bem lhe apetecesse.

No entanto, a recusa do Directório em adoptar claramente o princípio de que só os republicanos «históricos» seriam considerados membros plenos do Partido coincidiu com a aceitação tácita de que gozavam de certos privilégios. Lisboa começou a reconhecer as organizações dirigidas por «históricos» de preferência às dirigidas por conversos recentes. Tomou-se mesmo a precaução extraordinária de publicar na imprensa oficiosa do P. R. P. uma lista semanal das instituições que tinham pedido o patrocínio do Partido e os nomes dos respectivos dirigentes, dando dez dias para ambos serem «impugnados», isto é, denunciados como monárquicos.

Sem surpresa, isto provocou a intensificação dos conflitos políticos na província. As coisas teriam sido simples se a questão houvesse permanecido uma escolha clara entre «históricos» e «adesivos». Porém, a admissão de conversos «honestos» no Partido tornou a situação muito mais complicada. Na verdade, agora (como dantes) os dirigentes «respeitáveis» do P. R. P. não estavam particularmente ansiosos por se entregar de mãos e pés atados à discrição dos militantes. Em primeiro lugar, sentiam-se muito mais solidários (tanto social como culturalmente) com a classe média católica e monárquica do que com os lojistas, donos de oficinas, pequenos funcionários, empregados de escritório, caixeiros e trabalhadores que formavam a base do P. R. P. Em segundo lugar, ninguém mais do que eles beneficiara com a revolução. Tinham acedido a lugares de poder, influência e prestígio e, naturalmente, pretendiam que o processo parasse e o sistema político se estabilizasse, enquanto eles se encontravam na invejável posição de mediadores, não apenas entre as cidades radicais e a província conservadora, mas também entre os antigos influentes da Monarquia e os activistas do P. R. P. Não lhes convinha apagar a distinção entre republicanos «históricos» e «adesivos», porque nela assentavam as suas pretensões à chefia. No entanto, de igual modo lhes não interessava separar-se dos conversos, se estes se dispusessem a aceitá-los como dirigentes.

Previsivelmente, a base tomava a posição contrária. Recusava-se a «esquecer» e a «perdoar» e rejeitava qualquer espécie de aliança com os inimigos da véspera, pois com ela nada podia ganhar e tudo tinha a perder. Desde o princípio que os militantes haviam franzido o sobrolho à pressa nova-rica com que as autoridades republicanas requestavam e recebiam os favores da boa sociedade local. Muitos governadores civis e presidentes de câmaras municipais foram acusados de «snobismo», quando não de «traição», e, em compensação, aqueles que, como Estêvão Pimentel, continuaram plebeus e acessíveis viram-se cobertos de elogios. A base criticava sobretudo que as pessoas ditas «responsáveis» se entendessem entre si «por cima da cabeça» deles e que a política voltasse a ser (ou nunca tivesse deixado de ser), como dizia António Granjo, «uma coisa nojenta de grupos privados e intrigas secretas», em vez de uma actividade «aberta» a «toda a gente». Estrategicamente, os activistas da província viviam de olhos postos nos radicais de Lisboa e sonhavam trazer às zonas rurais do interior a revolução que miraculosamente as poupara.

Estas irreconciliáveis discordâncias de ideologia e objectivos depressa dividiram o Partido onde quer que uma das facções foi suficientemente forte para sobreviver por si só. Os republicanos «cordeiros» formaram uma precária aliança com os monárquicos «liberais» e até, se outros não existiam, com os «ditatoriais». A base caiu de novo na oposição (ou, aqui e ali, temporariamente, conseguiu resistir ao assalto conservador). Assim, em muitos casos, o problema do Directório não consistiu em separar os crentes dos infieis, mas em escolher entre duas espécies de crentes, isto é, entre organizações exclusivamente dirigidas e compostas por «históricos» e organizações que incluíam muitos (com frequência, uma maioria) conversos recentes, embora à sua frente também aparecessem pessoas de impecáveis credenciais republicanas.

Como seria de prever, os bandos em litígio começaram uma fútil (e ruinosa) guerra destinada a provar a superioridade do seu zelo e a pureza da sua ortodoxia. Prepararam entusiásticas recepções aos ministros de passagem, comemoraram beatamente as datas «santas» do movimento e chegaram mesmo a promover peregrinações penitenciais a Lisboa, onde, aliás, um bando de activistas espancou um grupo de Mafra, porque reconheceu nele a «pobre gente ingénua» que anos antes, «levada à arreata pelos caciques», apedrejara «ilustres vultos» do Partido. No entanto, o conflito em breve descobriu uma outra menos agradável face. Toda a mesquinhez e pessoalismo da política local explodiram de repente pelo país inteiro. Republicanos velhos e novos acusaram-se de um passado pecaminoso e de um presente dúvida. As coisas deterioraram-se de tal maneira que os dirigentes de Lisboa resolveram mandar delegados à província para impedir que se lavasse a roupa suja em público, mediar entre facções rivais ou estudar pessoalmente os problemas mais complicados. Contudo, os delegados devem ter-se revelado fáceis de vigarizar, incompetentes ou parciais, porque, em Fevereiro, o Directório desistiu de se informar directamente nas fontes e publicou um comunicado declarando que de futuro só seriam reconhecidas organizações patrocinadas por comissões municipais ou distritais já em funcionamento.

Esta decisão veio evidentemente prejudicar a base radical e favorecer os moderados, que dominavam os organismos de cúpula. Na verdade, o Directório decidiu, em geral, a favor dos segundos. Por um lado, porque eram eles os dirigentes tradicionais do Partido. Depois, porque se pensava, com alguma razão, que uma aliança com os antigos monárquicos oferecia mais garantias de conservar a província fiel à República ou, pelo menos, de a manter em sossego. Imposta pelas circunstâncias e aceite sem grande deliberação, esta opção estratégica depressa se tornou uma política consciente, defendida pelo ministro do interior, A. J. de Almeida, e pela maior parte dos membros do Directório e do Governo. Mais tarde tornou-se conhecida sob o nome de «política de atracção», visto que o seu fim confesso consistia em «atrair» os monárquicos ao campo republicano.

Logicamente, os partidários da «atração» depressa ficaram prisioneiros dos seus aliados «adesivos». Como eles, não tardaram a exigir que se suprimisse a violência popular, que se defendesse a legalidade constitucional e que, quanto antes, se fizessem eleições. Alguns, como o «dono» de Beja, Aresta Branco, até advogaram a imediata dissolução do P. R. P., alegando que a «canalha» se servia dele para maus fins: sugestão a que nenhum «adesivo» se teria atrevido.

A base combateu a «atracção» com todas as suas forças. Como os militantes se achavam entrincheirados em centenas de comissões, centros e clubes, dispunham de meios para conduzir uma guerra de atrito contra a direcção do Partido e para influenciar a constituição de novas organizações. Além disso, à medida que o seu domínio sobre a máquina do P. R. P. começou a enfraquecer, com o triunfo oficial da «atracção», os activistas criaram várias espécies de grupos terroristas semelhantes aos que existiam em Lisboa. De Dezembro a Abril surgiram batalhões de voluntários por toda a parte: embora geralmente mais pequenos que os modelos originais (50 a 150 homens em média). Apareceram também comissões de vigilância, bandos ditos de «defesa da República», corpos de polícia «cívica», dezenas de «carbonárias» espúrias e pseudolojas maçónicas. Em pequena escala, esta gente dedicou-se às mesmas actividades que as massas revolucionárias de Lisboa. Políticos monárquicos, padres, caciques, influentes, funcionários públicos, «adesivos» e outros «figurões» foram ameaçados, humilhados e ocasionalmente espancados. Passaram-se buscas a casas de personagens «suspeitas» com um alarde propositadamente destrutivo, insultaram-se pessoalmente os inimigos do «povo» em folhas radicais, incomodaram-se as famílias dos «reaccionários» nas ruas, nas lojas e, sobretudo, nas igrejas. A curto prazo, a táctica produziu resultados animadores. Em Maio, muitos jornais «independentes» e «adesivos» haviam fechado as portas; dúzias de políticos do antigo regime haviam sido obrigados a exilar-se; e os caciques e influentes mais conhecidos haviam, com relutância, abandonado as esperanças, por um momento prometedoras, de uma próspera carreira na República. Além disso, centenas de padres haviam sido maltratados e presos. Mas, ao fim e ao cabo, depois das pancadas e dos tropos oratórios, a balança do poder não se alterou.

A única coisa que o terrorismo conseguiu de sólido e permanente foi transformar as querelas intestinais do P. R. P. numa batalha mais intolerante e brutal que a passada luta contra a Monarquia. Em Março, por exemplo, o vice-grão-mestre da Maçonaria (uma instituição de classe média por excelência), e futuro primeiro-ministro José de Castro, já mostrava um ódio e um desprezo pelos militantes que não tardaria a espalhar-se entre os moderados. Na opinião de José de Castro, só existiam duas espécies de republicanos na província: um pequeno número de «altas camadas sociais» e uns tantos «díscolos» e «criminosos», que (antes de Outubro) se «entretinham» a gritar «Viva a República!» pelas ruas, como desordeiro remate de «tresnoitadas orgias». Indivíduos assim precisavam agora de ser metidos nos eixos, quando não na cadeia, e de modo algum presenteados com cargos de responsabilidade. Não se julgue José de Castro um caso isolado. De todos os lados chegavam protestos contra «a malta», «a escória», «a ralé». Contudo, também para «a ralé» os republicanos das «altas camadas sociais» não passavam de oportunistas e traidores, mais detestados do que qualquer chefe monárquico passado ou presente, com a possível excepção do «execrado» João Franco.

O exacerbamento dos conflitos no Partido e no País tornou as eleições urgentes. Em primeiro lugar, a ausência de uma autoridade legitimamente constituída animava (ou supunha-se que animava) a guerra das facções. Em segundo lugar, se, do Parlamento e do Governo, os moderados não acabassem expeditivamente com os «desmandos» da orla radical, ninguém na província os aceitaria à cabeça de uma futura coligação conservadora. Obrigados a escolher entre uma incerta vitória monárquica «nas urnas» e

uma morte política certa, os «notáveis» republicanos preferiram a dúvida e juntaram-se ao coro dos que, desde Dezembro, pediam que o País «falasse». Em Março, cedendo às queixas, às exigências e às pressões, A. J. de Almeida publicou a lei que definia a natureza do acto eleitoral e o regulamentava. Em nenhum outro documento mais claramente se pode ver o fracasso da República como regime nacional e «democrático». Para começar, A. J. de Almeida quebrava duas das mais velhas e sagradas promessas do Partido Republicano, anos a fio proclamadas em comícios e atiradas à face corrupta da Monarquia: o sufrágio universal e os círculos uninominais.

O sufrágio universal fizera parte do programa do P. R. P. desde os seus obscuros princípios. No entanto, para anular o peso eleitoral das massas rurais e, assim, neutralizar os caciques, os influentes e os padres, a lei de Março de 1911 só atribuía direito de voto aos adultos alfabetizados. Os chefes moderados queriam uma aliança com os antigos monárquicos, mas não abrir-lhes de par em par as portas de São Bento. Aconteceu apenas que estas ponderosas razões de expediente não conseguiram convencer nem a base, nem os (poucos) homens de princípios do Partido. Os militantes analfabetos consideraram a Lei Eleitoral uma traição e, pior ainda, um insulto. Sampaio Bruno exprimiu bem os sentimentos gerais quando lembrou ao «idolatrado» António José que os dirigentes republicanos nunca se haviam preocupado com o certificado de instrução primária dos «que tinham ido morrer à Rua de Santo António e à Rotunda».

A segunda vítima de A. J. de Almeida foram os círculos uninominais. O decreto de Hintze Ribeiro, afectuosamente chamado «Ignóbil Porcaria», que regea as eleições durante os últimos tempos da Monarquia, dividia o País em dezoito círculos plurinominais, cada um dos quais escolhia uma lista de vários deputados. O P. R. P. sempre se opusera a este sistema por dois motivos complementares. Por um lado, porque os círculos demasiado grandes davam ao governo central a oportunidade e a possibilidade de seleccionar os candidatos e falsificar os resultados. Por outro, porque a propaganda dos partidos tendia a ocupar-se (quando se ocupava fosse do que fosse) de problemas nacionais e a ignorar as questões locais. Segundo se presumia, os círculos uninominais permitiriam, pelo contrário, uma melhor representação dos verdadeiros interesses do País e contribuiriam para libertar o processo eleitoral da influência do Governo e, portanto, das pressões administrativas e da corrupção tradicionais.

A intransigente condenação da «Ignóbil Porcaria» datava dos felizes dias em que o P. R. P. não passava de um minúsculo e ambicioso grupo de oposição, que o Estado monárquico tentava eliminar ou, pelo menos, reduzir à impotência. Agora, porém, os republicanos dominavam o governo central e estavam cercados por uma província hostil: o que antes fora uma desvantagem tornara-se numa decisiva vantagem. Por isso, mais uma vez, sem cerimónia se esqueceram os «sagrados» princípios. A lei de A. J. de Almeida (uma disfarçada imitação do decreto Hintze) conservava os círculos plurinominais e as listas colectivas. Isto não só caiu como «uma bomba» nos conservadores das regiões rurais, mas provocou mais uma explosão de fúria na ala radical do Partido. Sobretudo no Porto e em Coimbra, duas cidades onde não se temia a concorrência monárquica, a Lei Eleitoral foi considerada como um descarado abuso e uma nova prepotência do centralismo lisboeta.

Durante uma longa semana de patriótica excitação, a imprensa radical ocupou-se a insultar o «traidor» que a tinha produzido, Acusaram-no — inevitavelmente — de oportunismo, de servir as suas mesquinhas ambições pessoais à custa da salvação nacional e até de «esquecer» o passado federalista do Partido, que alguns ingénuos ainda levavam a sério. Mas os protestos depressa acabaram, porque A. J. de Almeida resolveu tornar claras a toda a gente as duras realidades da situação. A 16 de Março, por exemplo, ainda *O Mundo* não escondia a sua desaprovação. Declarava que não valia a pena «discutir o assunto», manifestava friamente a esperança de que o sistema «desse resultado» e não conseguia impedir-se de insinuar que a maioria dos governadores civis a aceitara apenas «porque lhes fora dito que era urgente realizar eleições». A 17 de Março, contudo, A. J. de Almeida entrou retumbantemente na polémica. Com as poses teatrais do costume, revelou que a sua tão criticada lei havia sido recomendada e sancionada pelo Governo, pelo Directório, pela Junta Consultiva do P. R. P., pelas comissões municipal e paroquiais de Lisboa, por grande parte das comissões locais do Partido e dos presidentes de câmaras e por quinze dos dezoito governadores civis do continente. A 18, sem surpresa, *O Mundo* descobriu subitamente a necessidade de velar pela «protecção e consolidação» das instituições e veio trazer, com compreensível relutância, o seu tardio apoio ao «traidor».

Aprovada por quase todo o P. R. P. e pelos seus mais responsáveis dirigentes, a Lei Eleitoral constituía a confissão pública da impotência do regime na província. As eleições propriamente ditas de novo provaram que, excepto por meia dúzia de círculos urbanos, a República se não fiava no País. Raras vezes, nos sessenta anos anteriores, um governo se atrevera às manobras, falsificações e roubos — legais e ilegais — a que o Governo Provisório recorreu sem escrúpulos visíveis. Por razões óbvias, embora abundassem monárquicos de vários tipos e convicções, não existia um Partido Monárquico e, portanto, o P. R. P. não se encontrava perante uma oposição unida e organizada. Porém, mesmo os poucos monárquicos — com ou sem rótulo — que manifestaram a mais ligeira disposição de se apresentar como candidatos independentes depressa foram convencidos a escolher ocupação menos perigosa. Assim morreu uma tímida tentativa de criar um Partido Conservador de Trás-os-Montes, facilmente liquidada pela intimidação pública e privada dos militantes «históricos» e pelos gritos de alarme da sua vociferante imprensa. Como *O Mundo* avisara com meritória franqueza, a ninguém se permitiu «o descaramento» de defender «em voz alta» a defunta «crápula».

Mas, embora com os republicanos sozinhos em campo, ainda restava o perigo (sobretudo a norte do Mondego) de as novas comissões do P. R. P. e as autoridades locais nomeadas depois de Outubro indicarem monárquicos ou «adesivos» como candidatos à Assembleia. Para evitar que isso sucedesse, o Directório decidiu ignorar os estatutos do Partido e seleccionar a maioria dos futuros deputados à Constituinte segundo o velho método de recompensar serviços passados e dividir os lugares disponíveis pelos «amigos» dos ministros mais importantes. Aqui e ali pediu-se depois à base que referendasse pró-forma as decisões tomadas. Mas, se, por qualquer motivo, se não pode contar com uma obediência total, nada se perguntou e nem sequer se deu uma simples satisfação. Esta maneira de fazer as coisas acordou mais uma vez a incansável indignação dos militantes e suscitou amargos protestos dos «adesivos» Os primeiros, sobretudo, mostraram-se particular-

mente sensíveis ao uso de processos «ultramonárquicos» que minavam o seu poder e exibiam de maneira ostensiva o pouco respeito que agora mereciam aos «doutores» de Lisboa.

Por fim, já em meados de Abril, o propósito de um obscuro artigo da Lei Eleitoral tornou-se tristemente evidente. Dizia ele que, nos círculos onde se apresentasse uma única lista, os candidatos inscritos se considerariam automaticamente eleitos e não seria, portanto, necessário proceder à votação. Com todas as pressões a que os adversários potenciais tinham sido submetidos para os obrigar a desistir, o P. R. P. apareceu de facto sem oposição em cerca de quarenta dos sessenta e dois círculos existentes. Assim, o Governo Provisório não só se poupou ao embaraço de uma alta percentagem de abstenções na província monárquica, mas conseguiu preservar para consumo externo a ilusão de que a República era um regime nacional.

Apenas em meia dúzia de circunscrições rurais se viu o P. R. P. obrigado a competir com os seus próprios activistas em revolta temporária e, em alguns casos, com o Partido Socialista (P. S.). Contudo, como as autoridades se puseram do lado dos homens mais moderados escolhidos por Lisboa e, quanto mais não fosse, dependiam do governo central, a oposição nunca teve a mais vaga possibilidade de ganhar. O problema do Directório não consistiu por isso em eleger a sua gente, consistiu, sim, em elegê-la com um número respeitável de votos para impressionar as Grandes Potências — principalmente a Inglaterra — que à altura ainda recusavam o reconhecimento formal. Com este objectivo em vista, lançou-se mão de todos os truques eleitorais de uma rica tradição, desde a falsificação dos cadernos a exigências directas a funcionários públicos e ao recurso aos prestimosos serviços dos caciques. E juntou-se uma inovação: a concessão de voto aos soldados, que frequentemente se levaram «à urna» debaixo de forma. A atmosfera das eleições não se distinguiu da habitual nem pela honestidade, nem pelo civismo. Como um correspondente do *Mundo* previra com ingenuidade, os influentes e as suas tropas apoiaram os candidatos do Governo «como um só homem» e, para maior sossego das potências, o número de sufrágios expressos excedeu largamente o de 1910.

Embora talvez necessária nas circunstâncias imediatas, a longo prazo, a estratégia de A. J. de Almeida teve consequências desastrosas para a estabilidade da República. As duas únicas autênticas forças políticas da província — o antigo sistema monárquico e os radicais urbanos — acabaram por ser privados de representação directa no Parlamento. Não admira que monárquicos e «adesivos» começassem a desesperar de vir a influenciar o governo central e que não tardassem a deitar um olho terno àqueles que, como Couceiro, pregavam a rebelião armada. Ainda que nem sempre dispostos a arriscar os privilégios que tinham conseguido salvar em aventuras pueris, tomaram invariavelmente o partido dos inimigos do regime. É um significativo sintoma da sua desilusão de 1911 o sempre haverem ignorado os desesperados apelos dos republicanos moderados para ajudarem na luta contra os radicais de Afonso Costa e o terem consistentemente preferido à intervenção nas querelas internas da República, o compromisso prático com quem quer que acontecesse estar (ou ameaçasse vir a estar) no poder em Lisboa. No fundo, para os conservadores da província, as eleições de 1911 anularam as diferenças entre moderados e radicais, que passaram a achar igualmente responsáveis pela sua exclusão da vida política nacional.

Por outro lado, as eleições de 1911 também consagraram e solidificaram o afastamento entre os dirigentes regionais do Partido e a maioria dos militantes de base e condenaram estes últimos ao papel de uma oposição incómoda, cujas actividades se reduziram a caçar padres, espancar «talassas» e a outras mais brandas formas de vigilância ideológica. Os chefes «respeitáveis» do P. R. P. ficaram, assim, isolados entre os seus antigos partidários e os seus novos aliados, profundamente detestados por ambos e reduzidos às pouco gloriosas funções de agentes do governo central, quando não apenas do seu próprio Partido. Em compensação, não lhes faltaram empregos, sinecuras e importância.

No essencial, esta situação não mudou até ao fim da República. Os monárquicos e os «adesivos» nunca chegaram a impor a sua vontade ao centro, isto é, às cidades radicais de Lisboa e do Porto, enquanto que a base do P. R. P. se limitou a arrastar uma existência frustrada e obscura, muito raramente alegrada por ocasionais erupções de violência. No entanto, no Ribatejo, no Alentejo e em algumas zonas da costa do Algarve, a agitação rural e operária poderia — em princípio — ter mudado a face das coisas, se houvesse sido apoiada pela pequena burguesia republicana. Contudo, apesar de geralmente dispostos a compreender as razões dos trabalhadores, os activistas do regime não toleravam que eles agissem por conta própria, fora dos quadros do Partido. Consideravam os dirigentes sindicais pouco mais do que «anarquistas desmiolados» e tendiam a acreditar na tese oficial segundo a qual por detrás das greves se encontravam «agentes monárquicos», ou, pior ainda, o «polvo jesuítico». Assim, na maioria dos casos, permaneceram indiferentes aos movimentos dos trabalhadores e várias vezes ajudaram mesmo a reprimi-los. No processo contribuíram igualmente para conservar as condições que os mantinham sob o domínio dos moderados.

As eleições de Maio de 1911 suscitaram mais um entusiástico esforço para «libertar» o «povo», como dizia Bernardino Machado, da opressão «clerical», «financeira» e «política», isto é, do jugo do «Jesuíta», do «prestamista» e do «cacique», «a sinistra trindade dos inimigos da República». Delegados do P. R. P., oficiais do Exército, carbonários de todas as espécies e até alguns candidatos correram o País de lés a lés e discursaram com abundância às massas rurais analfabetas, quando não foram, como várias vezes aconteceu, rapidamente enxotados à pedrada. Porém, depois das eleições, considerou-se que a Nação demonstrara concludentemente o seu republicanismo e, durante uns tempos, interromperam-se estes excessos missionários. Em meados de Junho, a imprensa de Lisboa já pouco falava de «adesivos» ou do «bom povo ignorante e boçal». Em contrapartida, começara a referir-se num tom bem mais ameaçador aos «conspiradores» que infestavam a província.